

EDITORIAL

Em momento de grandes manifestações populares, com anseios que sugerem distintas possibilidades de direção política, sem que seja possível desprezar o risco de apropriação conservadora dessas manifestações, lançamos mais um número da Revista Eletrônica **Trabalho Necessário**. Em razão disso, são muito bem-vindas as análises que procuram apreender a dinâmica social do capitalismo na atualidade, visto não como uma totalidade homogênea, mas como uma estrutura de elementos heterogêneos, incapaz de transformar-se de maneira linear.

O décimo sexto número da revista **Trabalho Necessário** procura manter seu compromisso original, isto é, o de contribuir para o necessário desvelamento das estratégias e das ideologias que o capitalismo faz uso para se perpetuar, trazendo oito novos artigos. O primeiro, *Cidade Maravilhosa...para o capital: a produção do espaço urbano e os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro*, de Bruno Gawryszewski, traz elementos para a reflexão sobre o momento em que vivemos, acentuando que, desde o fim da década de 1990, os governos locais tem realizado esforço considerável para projetar a cidade do Rio de Janeiro no cenário global, como destino privilegiado dos investimentos do capital, a partir de uma aliança entre gestores públicos, corporações locais e grande imprensa, de modo a tornar a cidade “vendável”, como cidade-mercadoria.

O segundo artigo, *Hegemonia, Capital-Imperialismo e Intelectuais: categorias marxistas para um esforço de análise da relação democracia-educação*, de Carlos Eduardo Rebuá Oliveira, parte de três eixos analíticos fundamentais, isto é, “os vínculos dialéticos entre hegemonia e educação, o conceito de capital-imperialismo e o de intelectuais”, dialogando de forma densa com Marx, Lênin, Trotsky, entre outros autores. O artigo, oferecendo subsídios para a compreensão da materialidade, conclui que o atual

estágio da luta de classes necessita de “novos professores”, que assumam posições, se comprometam, “tomem partido”, escolham seu “lado”, “sintam” os anseios dos dominados, rompendo com a neutralidade cúmplice e o individualismo desmobilizador.

José dos Santos Souza, no artigo *A Educação Profissional no Contexto da Reengenharia Institucional da Política Pública de Trabalho, Qualificação e Renda: novos e velhos mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa no Governo FHC*, tem como foco analítico as ações governamentais promovidas para ajustar a formação e a qualificação do trabalhador às novas exigências de produtividade e competitividade das empresas. O recorte sócio-histórico são as ações governamentais empreendidas a partir da segunda metade da década de 1990, que tiveram como méritos a criação do “potencial pedagógico” de educar trabalhadores pobres para o consenso em torno da ideologia da empregabilidade e do empreendedorismo e, ainda, “a mediação do conflito de classe, diluindo a pressão política dos trabalhadores sobre o poder público e o empresariado”.

Helder Faustino Raimundo, no artigo *Contributos Operários para a Educação Popular em Portugal. O Caso da Fábrica de Conservas S. Francisco, da Empresa Júdice Fialho, em Portimão*, prioriza o período histórico pós-revolução de abril de 1974 a abril de 1976, em Portugal, discutindo como o operariado se organizou em comissões de base para lutar em defesa de melhores condições de vida e de trabalho. A partir de experiências do passado, estimula a análise das contribuições dadas à educação popular pelo movimento operário desencadeado pelas mulheres e homens da fábrica Júdice Fialho. O artigo é particularmente instigante para a reflexão sobre as formas pelas quais se articulavam ou se opunham dois pontos de vista diferentes a propósito da educação que envolvia o povo.

Em *Pedagogia Política Renovada e a Política Pública de Trabalho, Qualificação e Geração de Renda: a Institucionalidade da Conformação das Classes Subalternas*, Bruno de Oliveira Figueiredo analisa o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) e seu substituto, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), identificando aspectos da atual “pedagogia política”, cujo objetivo principal é a modificação do padrão de sociabilidade,

adequando-o às exigências de produtividade e competitividade de um mercado globalizado, processo voltado “ao rebaixamento da consciência político-ideológica da classe trabalhadora e conformação ao projeto de sociabilidade burguês”.

Luiz Alberto Azevedo e Marival Coan apresentam o artigo *O Ensino Profissional no Brasil: atender os pobres e desvalidos da sorte e inclui-los na sociedade de classes- uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI*, trabalho que resgata as relações entre a educação e a educação profissional na sociedade de classes, desenvolvendo uma análise histórica sobre a ação normativa do Conselho Nacional de Educação, de forma a atender interesses específicos de determinados segmentos sociais. Os autores apresentam, ainda, uma reflexão sobre os “encantos e desenganos” promovidos pela ação de vários sujeitos sociais a fim de a manter a educação profissional e tecnológica numa perspectiva redentora, incutindo “a ilusão de que o Estado brasileiro age a fim de superar a lógica desumanizadora do capital”.

O sétimo artigo, *O CACS- FUNDEB e a Defesa da Escola Pública - Limites e Possibilidades*, de autoria de Marco Vinícius Moreira Lamarão, retoma a discussão sobre os conselhos de acompanhamento e controle Social do FUNDEB, com base na experiência do município de Itaboraí-RJ, no período de 2011 a 2012, problematizando a proliferação dos conselhos na educação no Brasil e suas restrições de funcionamento em termos de condições técnicas e financeiras. Partindo da hipótese da existência de uma “tensão entre as possibilidades e limites de ação dos trabalhadores da educação no interior destes conselhos”, o autor questiona em que medida e de que forma o CACS-FUNDEB pode ser efetivamente um instrumento dos trabalhadores da educação e demais trabalhadores na construção de uma escola pública, de qualidade, laica, gratuita e emancipatória.

Vitor Benvindo, Cosme Almeida e Jullia Turrini são os autores do oitavo artigo do número dezesseis da Revista **Trabalho Necessário**. Em *Formação Humana no Instituto Politécnico da UFRJ: o trabalho educativo como princípio educativo a partir da pedagogia de projetos*, os autores analisam a concepção de formação humana assumida pelo

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 11, número 16 – 2013

Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUFRJ), em Cabo Frio-RJ, priorizando a discussão do trabalho como princípio educativo, tendo o conceito de politecnia como referência. O artigo pretende discutir, à luz das contribuições de Marx e Gramsci, um dos projetos pedagógicos do Instituto, posto em prática em 2011, com os alunos do segundo ano do curso técnico integrado ao Ensino Médio de Cultura Marítima.

Finalizamos esta edição com a seção Memória e Documentos. Francisco José da Silveira Lobo Neto nos brinda com o estudo *Angicos/1963: um marco histórico da educação no Brasil*. O autor, recuperando fontes e documentos poucas vezes divulgados, registra a importância de se pensar, cinquenta anos depois, o significado do trabalho desenvolvido no Brasil sob a liderança de Paulo Freire, no início dos anos sessenta.

O presente número da Revista Eletrônica Trabalho Necessário é dedicado à memória do professor Ciro Flamarion Cardoso, falecido em junho último, cuja rica e densa obra permanecerá viva entre nós.

Os editores